

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONSULTIVA JURÍDICA E JURÍDICA PROCESSUAL NAS ÁREAS DO DIREITO: CONSTITUCIONAL, PÚBLICO, ADMINISTRATIVO, TRABALHISTA, CIVEL, TRIBUTÁRIO E AMBIENTAL, EM ESPECIAL NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE GESTÃO 61-2022 – CBH LAGOS SÃO JOÃO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica, sociedade de advogados, especializada na prestação de Serviços de Assessoria Consultiva Jurídica e Jurídica Processual, nas áreas do Direito Constitucional, Administrativo, Trabalhista, Cível, Tributário e Ambiental em atendimento ao Contrato de Gestão 61-2022 – CBH Lagos São João.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Em atendimento ao disposto no Contrato de Gestão celebrado com o INEA, o CILSJ abre seleção de propostas para a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica, na execução do Contrato de Gestão do CBHLSJ – CG nº 61/2022. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assessoria jurídica para auxiliar e orientar o CILSJ sobre matérias administrativas e jurídicas, apresentando esclarecimentos, defesas, recursos e pareceres, como também o cumprimento da Resolução INEA nº 160, de 11 de dezembro de 2018, que estabelece os procedimentos para compras e contratação de obra e serviços pelas Entidades Delegatárias de funções de Agência de Água, nos termos do Art. 9º da Lei Estadual nº 5.639, de 06 de janeiro de 2010.

3. DO ORÇAMENTO

3.1. O orçamento para a contratação do serviço objeto deste Termo de Referência está previsto no Contrato de Gestão INEA, conforme detalhamento a seguir:

Contrato de Gestão INEA nº 61/2022
PAAD – Ano II – Assessoria Jurídica

3.2. Para efeito do contrato a ser celebrado, o valor máximo a ser pago será de R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais) por um período de 12 (doze) meses, a ser pago em parcelas mensais de igual valor, conforme proposta comercial.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, a contar da data de emissão da Ordem de Início do Serviço, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos, limitado ao prazo de 60 (sessenta meses) se houver disponibilidade orçamentária e interesse da *CONTRATANTE*.

5. DO INÍCIO DO SERVIÇO

5.1. O início do serviço dar-se-á em 48 (quarenta e oito) horas a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço.

6. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

6.1. A seleção de propostas será realizada em conformidade com a Resolução INEA nº 160 de 11 de dezembro de 2018 e nos casos omissos a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores.

7. DO REAJUSTE

7.1. O contrato poderá ser prorrogado ao final do período de 12 (doze) meses, caso haja disponibilidade orçamentária e interesse da *CONTRATANTE*, podendo ser reajustado com base no índice do IPCA, desde que solicitado pela *CONTRATADA*.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. O contrato de serviço poderá ser alterado com acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado conforme disposto no Capítulo II – Dos Contratos – Seção I – Da formalização e da Execução dos Contratos – Resolução INEA nº 160/2018.

9. DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. Os serviços de Assessoria Consultiva Jurídica e Jurídica Processual compreendem:

I) Elaborar pareceres de processos administrativos e judiciais.

- II) Examinar minutas de Termos de Referência; Atos Convocatórios; Contratos; Resoluções; Deliberações; Portarias e outros Atos Normativos, sempre que solicitado.
- III) Elaborar respostas de ofícios que demandem conhecimento jurídico; redação de expedientes destinados ao INEA – Instituto Estadual do Ambiente, bem como, a outros órgãos gestores de recursos hídricos, e às entidades que exerçam o controle externo sobre as atividades do CILSJ; representações administrativas; instrução e representação em ações judiciais processuais de qualquer natureza.
- IV) Elaborar, aprovar ou propor minutas de atos convocatórios, observado o disposto nas Resoluções do INEA ou legislações equivalentes, bem assim minutas de termos de convênios, contratos, termos aditivos, rescisões de contrato, acordos de compromisso, protocolos e termos de cooperação e outros termos necessários ao implemento da articulação entre o CILSJ e terceiros (pessoas jurídicas, físicas ou órgãos públicos despersonalizados), incluindo os contratos de gestão firmados ou que possam ser firmados com os órgão gestor de recursos hídricos estadual.
- V) Dar vistos em minutas de respostas a ofícios e cartas, sempre que houver necessidade.
- VI) Avaliar e propor, se necessário, alterações estatutárias, regimentais e/ou nas demais normas internas do CILSJ, visando a melhoria da atuação do CILSJ no papel de Entidade Delegatária do Comitê de Bacia Lagos São João;
- VII) Informar ao CILSJ sobre o andamento dos processos judiciais de interesse do Comitê.
- VIII) Manter o CILSJ atualizado sobre a legislação vigente.
- IX) Acompanhar e dar apoio, dentro do objeto deste Termo de Referência, aos trabalhos do CILSJ em atividades fora da sede da contratante.
- X) Promover a integração e colaboração com os órgãos jurídicos de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, relacionadas ao Comitê;
- XI) Emitir parecer sobre questões jurídicas suscitadas em processos administrativos do CILSJ submetidos à sua análise;
- XII) Instruir e representar em processos administrativos ou judiciais que tenha como parte ao CILSJ ou que seja do seu interesse, inclusive comparecendo em audiências e exercendo a defesa do CILSJ em qualquer âmbito governamental e nas justiças estadual e federal;
- XIII) Propor rotinas, procedimentos, normas e ações referentes à sua área de atuação e que visem o aperfeiçoamento de atividades operacionais do CILSJ;

XIV) Proporcionar outras formas de suporte jurídico ao CILSJ, tendo por finalidade suprir as suas necessidades;

XV) Participar de eventos – palestras, seminários, cursos, reuniões, e outros –, quando autorizado e/ou demandado pelo CILSJ, para suporte, acompanhamento ou aperfeiçoamento nos assuntos jurídicos de interesse do Comitê;

XVI) No caso de haver necessidade de deslocamento para qualquer outro Estado e/ou Município diverso da sede do CILSJ, para o atendimento da defesa de interesses, as despesas com alimentação, hospedagem, transporte, cópias de peças processuais, certidões ou outros encargos processuais, serão suportadas pelo CILSJ, conforme deliberação própria de ajuda de custo e reembolso para funcionários do CILSJ;

XVII) As despesas supramencionadas, previamente autorizadas pela Secretaria-Executiva do CILSJ, serão limitadas aos mesmos valores e critérios estabelecidos para os funcionários do CILSJ, por meio da Deliberação CILSJ nº 05/2024.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. A empresa proponente deverá ter no mínimo 5 (cinco) anos de existência, e atuação na área afim aos serviços objeto da presente contratação;

10.2. A empresa deverá apresentar no mínimo um atestado emitido em papel timbrado por empresa pública ou privada, assinado pelo seu responsável legal, especificando os serviços executados que deverão ser similares ao objeto a ser contratado;

10.3. O profissional indicado pela *CONTATADA* para realizar a assessoria jurídica conforme estabelecido no presente termo de referência, deverá ser portador da Carteira da OAB, emitida há pelo menos 05 (cinco) anos.

10.4. Caso a empresa vencedora do certame não tenha escritório em um dos municípios que integram a área de atuação da *CONTRATANTE*, terá o prazo de 90 (noventa dias), a partir da homologação do resultado do certame, para instalar-se em um dos municípios, a saber: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema ou Silva Jardim.

11. DA FORMA DE ATENDIMENTO

11.1. O atendimento da Assessoria Consultiva Jurídica e Jurídica Processual será realizado da seguinte forma:

- I) Dedicção presencial na sede do CILSJ de 01 (um) advogado, com no mínimo 5 anos de formação, e com dedicação de 08 (oito) horas semanais – 32h/mês, para atendimento ao Contrato de Gestão nº 61-2022 - CBH Lagos São João;
- II) Os processos despachados para a assessoria jurídica deverão ser analisados e ter seus respectivos pareceres emitidos no prazo máximo de 72h, a contar da data do despacho, salvo os de caráter emergenciais;
- III) Os serviços serão executados nas dependências da *CONTRATANTE*, não fazendo jus a qualquer reembolso de despesa com deslocamento;
- IV) A *CONTRATADA* terá direito a ajuda de custos e reembolsos para deslocamento em trabalhos externos, conforme disposto na Deliberação CILSJ nº 05/2024 – Anexo I do presente Termo de Referência, que rege pagamentos de ajuda de custos e reembolsos para os funcionários da *CONTRATANTE*.
- V) A *CONTRATANTE* poderá solicitar pareceres com urgência de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que julgar necessário, sendo a urgência definida pelo gestor do contrato, ou pela Secretaria Executiva do CILSJ;
- VI) O profissional designado pela *CONTRATADA* para prestar a assessoria jurídica no âmbito do contrato de serviço, deverá participar de reuniões do Comitê, sempre que solicitado pela *CONTRATANTE*, sendo solicitado com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

11.2. Do volume de trabalho:

a) No período dos últimos 12 (doze) meses, o volume de trabalho limitou-se aos números abaixo indicados, e para o período de vigência do contrato a ser celebrado, estima-se uma margem de aproximadamente 10% para mais ou para menos.

Quantidade de Pareceres	Viagens reuniões e Diligências (externas)	Audiências	Reunião Virtuais
70	5	2	30

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento pela realização dos serviços será realizado mensalmente e efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subseqüente ao mês de referência, em Conta Corrente

indicada pela *CONTRATADA* na proposta, mediante apresentação de Nota Fiscal e do Relatório Mensal das atividades, e dependerá sempre da autorização emitida pela Secretária Executiva da *CONTRATANTE*.

12.2. As Notas Fiscais/Faturas emitidas obrigatoriamente deverão vir acompanhadas das certidões negativas da Receita Federal/Previdência Social e FGTS emitidas e válidas na data do pagamento da prestação do serviço, em conformidade com a legislação vigente, sendo condicionante para a efetivação do pagamento.

12.3. No corpo das Notas Fiscais deve constar:

- 12.3.1. Nº do Contrato de Serviço;
- 12.3.2. Nº do Contrato de Gestão;
- 12.3.3. Nome do objeto;
- 12.3.4. Dados bancários.

12.4. Ainda, para efeito de pagamento dos serviços, deverão ser observadas as seguintes considerações:

12.4.1. A entrega do Relatório Mensal é condição para a efetivação do pagamento;

12.4.2. Eventuais despesas comprovadas e justificadamente necessárias e despesas com viagem previamente aprovadas, deverão ser reembolsadas no mês subseqüente à sua realização;

12.4.3. Não haverá pagamento adicional a título de 13º salário e/ou qualquer fator que possa caracterizar gratificação ou bonificação;

12.4.4. Não será considerado, ainda, qualquer valor de honorário condicionado ao êxito de eventuais execuções.

13. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A *CONTRATANTE* irá nomear um fiscal do contrato designado para acompanhar a sua execução dentro dos termos contratados, dispondo de autoridade para determinar a adoção das medidas necessárias à regularização de faltas constatadas.

14. DO ACOMPANHAMENTO

14.1. A *CONTRATADA* deverá manter preposto, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Executar os serviços dentro de assentados conceitos éticos e de boa técnica, envidando todos os esforços no sentido de melhor atingir os objetivos da contratação;

- 15.2. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse da *CONTRATANTE* sob os seus cuidados profissionais, obedecendo rigorosamente às normas que regem o exercício da advocacia;
- 15.3. Submeter a *CONTRATANTE* qualquer pedido de substituição do profissional designado pela *CONTRATADA* para prestar a assessoria jurídica dentro do estabelecido no presente termo de referência;
- 15.4. Responder integralmente tanto pela reparação de quaisquer danos causados a *CONTRATANTE* ou a terceiros, como também pela reparação ou indenizações devidas ao seu pessoal, empregado ou contratado, ou ainda a terceiros, por acidentes ou doenças, quando decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, resultantes de ação ou omissão de atos de sua responsabilidade;
- 15.5. Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto deste Termo de Referência, sem prévio consentimento e autorização expressa da *CONTRATANTE*;
- 15.6. Zelar pelo sigilo dos dados, informações e quaisquer documentos disponibilizados pela CILSJ para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, lhes dando tratamento reservado;
- 15.7. Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão-de-obra utilizada na execução dos serviços, em especial, os de natureza trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com a *CONTRATANTE*;
- 15.8. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no Ato Convocatório;
- 15.9. Comunicar imediatamente a *CONTRATANTE* qualquer ocorrência de falhas ou impropriedades que possam comprometer a execução dos serviços contratados;
- 15.10. Solicitar a *CONTRATANTE*, a tempo e modo, quaisquer providências necessárias para assegurar, de forma eficaz e eficiente, a execução do objeto deste Termo de Referência;
- 15.11. Manter a *CONTRATANTE* permanentemente informada sobre o andamento de todos os procedimentos a serem implementados ou já em tramitação, seja judicial ou extrajudicial, bem como dos seus resultados;
- 15.12. Não assumir qualquer responsabilidade ou obrigação em nome da *CONTRATANTE*, sem que para isso esteja prévia e formalmente autorizada;
- 15.13. Zelar pela apresentação e correto preenchimento dos documentos comprobatórios de despesas que estão sujeitas a reembolso pela *CONTRATANTE*, com identificação clara e precisa, dentre outras, de informações alusivas ao nome do usuário ou beneficiário, dia,

local, finalidade da despesa, e se for o caso de uso de táxi (mediante prévia autorização da *CONTRATANTE*), o trajeto (origem e destino) e a identificação do veículo utilizado.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Proporcionar ao pessoal técnico da *CONTRATADA* todas as facilidades operacionais e condições necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades atinentes à execução dos serviços;

16.2. Disponibilizar para a *CONTRATADA*, a tempo e modo, todas as informações, documentos ou quaisquer outras solicitações necessárias à defesa de matérias do seu interesse;

16.3. Disponibilizar para a *CONTRATADA* os valores dos encargos processuais relativos às demandas a serem ajuizadas, contestadas ou acompanhadas;

16.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

16.5. Proceder, no momento do pagamento à *CONTRATADA*, às retenções de tributos ou outros encargos fiscais previstos em lei, devendo providenciar o repasse ao órgão ou entidade credora na forma e condições previstas na legislação de regência.

17. DAS RESPONSABILIDADES

17.1. Durante a execução dos serviços contratados, assume a *CONTRATADA* integral responsabilidade pelos danos que causar à *CONTRATANTE* ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o *CONTRATANTE* de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

17.2. A *CONTRATADA* assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, bem como dos demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste contrato.

18. LOCAL DA EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

18.1. As atividades necessárias à execução dos trabalhos serão realizadas na sede da do CILSJ sediada na Rodovia Amaral Peixoto, Km 106, Horto Escola Artesanal, Balneário, São Pedro da Aldeia, RJ, ou outro endereço que o CILSJ venha se instalar, conforme estabelecido no item 11 e seus subitens do presente termo de referência.

19. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A *CONTRATADA*, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, atraso na execução do objeto contratado, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito,

devidamente comprovado e justificado, atos ilegais ou irregulares praticados durante a seleção das propostas visando frustrar seus objetivos, ficará sujeita à aplicação das seguintes penalidades:

a) Advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;

b) Multa de mora de 1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total da respectiva nota fiscal, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;

c) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor integral da nota fiscal, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial.

d) Suspensão temporária de participação em seleção de propostas e impedimento de contratar com a *CONTRATANTE* por 02 (dois) anos.

19.2. A multa a que alude o item 19.1. não impede a *CONTRATANTE* de rescindir unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas.

19.3. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

19.4. Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§1º As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantes, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.5. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à *CONTRATADA*, se houver, ou cobradas judicialmente.

20. DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

20.1. O encerramento do contrato dar-se-á por edição pela *CONTRATANTE* do Termo de Recebimento do Objeto conforme disposto no Capítulo II – Dos Contratos – Seção I – Da Formalização e da Execução dos Contratos – Art. 29 da Resolução INEA nº. 160/2018.

21. DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. O contrato estará automaticamente rescindido no caso de extinção, cancelamento, suspensão ou encampação do Contrato de Gestão nº 61/2022 firmados entre a CONTRATANTE e o INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Na ocorrência do previsto neste item, as partes deverão apurar os valores até então executado, não cabendo a CONTRATANTE qualquer indenização a título de perdas e/ou lucros neste caso.

§ 1º A rescisão operar-se-á, também de pleno direito e imediatamente, quando a Contratada infringir quaisquer das cláusulas contratuais.

§ 2º A rescisão não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações contratuais contados até a data da efetiva apresentação de relatórios.

§ 3º As partes acordam que ocorrendo à rescisão aludida no Parágrafo 21.1., não será devida indenização para qualquer das partes.

§ 4º A CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato em qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas através do e-mail: selecaodepropostas@cilsj.org.br